

Dimensões Metodológicas e Analíticas da Extensão Universitária

Evandro Coggo Cristofolletti¹
Milena Pavan Serafim¹

¹Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas/SP – Brasil

RESUMO – Dimensões Metodológicas e Analíticas da Extensão Universitária. O objetivo do artigo é apresentar e debater uma proposta metodológica para se pesquisar a extensão universitária nas universidades. Retirou-se esta proposição de um estudo histórico e conceitual acerca das concepções e práticas de extensão. A partir daí, desenvolveu-se uma série de dimensões metodológicas: quem faz extensão; a quem se destina; quais atividades a materializam; que tipo de conhecimento é estendido e quais os objetivos deste processo; porque se faz a extensão; impactos da atividade extensionista; como as atividades são legitimadas; inserção contextual e histórica; e o debate acerca do compromisso social da universidade.

Palavras-chave: **Extensão Universitária. Metodologia. Universidade. Universidade e Sociedade.**

ABSTRACT – Methodological and Analytical Dimensions of University Extension. The aim of this article is to present and discuss a methodological proposal to research university extension. This proposal was withdrawn from a historical and conceptual study about the conceptions and practices of extension. A series of methodological dimensions were removed: one who extends; to whom it is intended; what activities materialize it; what kind of knowledge is extended and what are the objectives of this process; because the extension is made; impacts of extension activity; how activities are legitimized; contextual and historical insertion; and the debate about the university's social function and commitment.

Keywords: **University Extension. Methodology. University. University and Society.**

Introdução

O intuito do artigo é apresentar e debater uma proposta metodológica para se apreender e pesquisar a extensão universitária. Em outras palavras, objetiva-se oferecer subsídios metodológicos e conceituais que estruturam caminhos de pesquisa ao objeto de estudo em questão, oferecendo algumas dimensões metodológicas e analíticas que possam ser úteis às diferentes práticas e concepções de extensionistas existentes¹. De forma secundária, pretende-se contribuir ao debate teórico acerca desta função universitária, bem como ao debate acerca da relação entre universidade e sociedade. As seguintes perguntas gerais guiam o estudo: como pesquisar e produzir conhecimento sobre extensão universitária? Quais dimensões analíticas, metodológicas e categorias podem ser utilizadas?

Para chegar em tal proposta, a pesquisa partiu de uma revisão da literatura extensionista, buscando identificar as diversas práticas e concepções de extensão implementadas nas e pelas universidades brasileiras. Nesta revisão, reconheceu-se que muitas destas ações não continham concepções ou conceitos explícitos, o que constitui um problema (e desafio) metodológico importante a quem se dedica à pesquisa e atuação na área. Com efeito, a partir da revisão, buscou-se extrair algumas categorias analíticas presentes na maioria destas práticas e concepções estudadas e, a partir daí, elaborar um conjunto de dimensões metodológicas.

Em outras palavras, empreendeu-se uma revisão histórica acerca das concepções e práticas extensionistas debatidas na literatura para, a partir daí, identificar alguns elementos e aspectos capazes de explicá-las – assim, a proposta deriva de uma revisão de literatura, seja ela direcionada ao debate conceitual, histórico ou estudos de caso extensionistas. A partir desta revisão, percebeu-se que são levados em conta (implícita ou explicitamente) uma série de fatores que buscam caracterizar e teorizar as práticas extensionistas; estes fatores, de forma mais específica, dizem respeito aos elementos comuns observados, em grande medida, nestas práticas e concepções. Assim, cruzou-se esta revisão com algumas perguntas metodológicas: para se caracterizar e se descrever uma ação extensionista, quais aspectos práticos e teóricos são importantes e devem ser considerados? Que elementos analíticos (categorias e procedimentos) podem explicar determinada ação extensionista? O que se deve considerar quando se pesquisa, descreve ou analisa extensão? No processo de interação entre universidade e segmentos sociais, do ponto de vista da extensão, como se pode apreender os principais aspectos desta relação? O que os estudos e teóricos extensionistas consideram quando vão debater a extensão? Como explicam a extensão teoricamente? Como é possível entender uma ação extensionista? Como é possível pesquisar uma ação extensionista?

A partir disso, construiu-se algumas categorias de pesquisa (tais quais expostas no artigo) que abarcam, de forma geral e ampla, estes elementos metodológicos comuns identificados. Bom esclarecer que o

artigo busca, sobretudo, oferecer subsídios aos pesquisadores que têm a extensão universitária como objeto de pesquisa. Assim, por *pesquisa em extensão*, considera-se os diversos estudos (em diversos níveis) que objetivam debater, compreender e analisar determinada prática de extensão². Além do mais, cabe adicionar que o debate aqui realizado também busca contribuir à discussão sobre indicadores (qualitativos e quantitativos) de extensão, ainda que não centraremos a exposição sob o viés da discussão da construção destes.

A apresentação de uma proposta metodológica que se pretende útil ao estudo de grande parte das práticas de extensão universitária e comunitária não busca uma tentativa de neutralidade – impossível em teoria social e política. Pelo contrário, o estudo parte do pressuposto de que as ações extensionistas estão inseridas em instituições de formação, pesquisa e extensão que possuem determinadas funções sociais condicionadas – mas não limitadas – pelo contexto e conjuntura econômica, social e política, bem como das condições históricas e estruturais das quais se inserem (Melo Neto, 2002). Estudar a extensão universitária é não a isolar de seu contexto, conjuntura e história.

Sob outra perspectiva, Bernheim e Chauí (2008) destacam a importância de se considerar a universidade enquanto uma *instituição social*, que expressa de determinadas maneiras a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade: “[...] tanto é assim que, dentro da universidade como instituição, encontramos opiniões, projetos e atitudes conflitantes, que refletem as divisões e contradições da sociedade como um todo” (Bernheim; Chauí, 2008, p. 18). A autonomia universitária seria, nessa linha de pensamento, um filtro pelo qual a instituição assumiria ou rejeitaria determinados compromissos sociais.

Por exemplo, pode-se apontar o conflito entre duas concepções – aqui estilizadas – acerca da função da universidade e de seu compromisso social: a de educação como um direito público voltado à cidadania, democracia e pensamento crítico *versus* educação privatizada, segmentada, voltada ao lucro e fortemente orientada às necessidades de mercado (Martins, 2008; Leher, 2004; Marques, 2013; Minto, 2014). Este conflito se expressa nos tensionamentos sobre em que medida o ensino e a produção de conhecimento deveriam centrar-se nas demandas mercadológicas pautadas por um mundo laboral mais instável e flexível, direcionado principalmente à competitividade e ao crescimento econômico de empresas (Dias Sobrinho, 2014; Dagnino, 2015); ou se o ensino, a ciência e a extensão deveriam preparar indivíduos e produzir conhecimento, ainda que aptos a exercer suas funções produtivas, para atuar crítica e reflexivamente diante de problemas sociais (Dias Sobrinho, 2014; Dagnino, 2015).

Não é nossa intenção realizar este debate aqui. Com estes parágrafos, apenas destacou-se a importância de se pensar a extensão diante das funções e compromissos sociais da universidade, já que não são livres de ideologias e disputas no interior da instituição, bem como possuem e condicionantes e influências importantes derivados do desenvolvimento histórico externo e interno às universidades. No tópico

seguinte, apresentaremos o debate teórico, abordando algumas das concepções e práticas de extensão que subsidiaram a proposta metodológica mencionada. A partir desta exposição, serão apresentadas e explicadas, no item seguinte, as nove dimensões metodológicas e analíticas consideradas. Na conclusão, as ideias serão sintetizadas junto a alguns comentários acerca das lacunas da proposta apresentada.

Um Panorama das Práticas e Concepções de Extensão

Identificou-se, a partir da revisão bibliográfica realizada, que muitas das práticas de extensão são realizadas sem o embasamento de um conceito consolidado – ou de conceitos consolidados. Nesse sentido, pode-se dizer que estas se estruturavam sobre determinadas *concepções extensionistas*. Este fato culmina, no Brasil, na existência de algumas destas concepções e práticas, tais quais (Fraga, 2012; Serrano, 2013; Oliveira; Goulart, 2015; Gurgel, 1986; Fagundes, 1985): i. a concepção assistencialista, onde os acadêmicos buscam oferecer assistência à população através de *repasses de conhecimento* ou atuação técnica em problemas pontuais; ii. a prestação de serviços às empresas e governos com vistas a resolver problemas científicos e técnicos sob demandas específicas; iii. a extensão comunitária e suas diversas metodologias e perspectivas ideológicas, que buscam interagir, em linhas gerais, com comunidades e populações marginalizadas de forma dialógica; iv. a concepção de extensão enquanto divulgação científica e formação técnica a um público que não tem acesso ao ensino de graduação e pós-graduação tradicionais, como cursos, palestras e eventos; v. a extensão enquanto vínculo entre universidade e empresa, especialmente no que se refere à transferência e desenvolvimento de inovações tecnológicas; dentre outros.

Nesse ponto, é preciso ter em mente que estas podem ser mais ou menos institucionalizadas nas universidades – no sentido de normas que as regem, estrutura administrativa adequada, recursos, dentre outros. Também podem ter mais ou menos ligação com a pesquisa e o ensino. É bom mencionar que as diversas experiências e concepções se misturam, convivem ou se conflituam nas universidades, a depender de fatores históricos, institucionais, de contexto e conjuntura (Fraga, 2012; Paula, 2013).

Deve-se ponderar que estas concepções possuem raízes históricas derivadas do próprio desenvolvimento das universidades brasileiras. Mesmo que não seja nossa intenção realizar o debate histórico, pode-se citar as influências extensionistas norte-americana e europeia, como a própria ideia de prestação de serviços, a realização de cursos e universidades populares (pautadas em grande medida pelo ideal positivista de ciência), e de assistência à população (praticadas já no final de século XIX e início de século XX); estas influenciaram largamente os itens sobre extensão nas legislações educacionais brasileiras, como a Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931 e a Reforma Universitária de 1968, bem como os próprios projetos extensionistas do governo

militar (Batista; Kerbauy, 2018; Fraga, 2017; Serrano, 2013; Oliveira; Goulart, 2015; Gurgel, 1986; Fagundes, 1985; Cunha, 1980; 1983).

Outro momento histórico caro à extensão latino-americana é o Movimento de Córdoba de 1918 na Argentina, reconhecido pela literatura como uma tentativa de, a partir de uma crítica aos modelos tradicionais de universidade vigentes na América Latina, tentar modernizar e aproximar estas instituições da população e das classes operárias a fim de superar os quadros de dependência e subdesenvolvimento do continente (Freitas Neto, 2012). Estaria aí uma das sementes da extensão dialógica e voltada aos segmentos subalternos da sociedade. É importante destacar também, historicamente, o peso e influência das experiências extensionistas levadas a cabo por estudantes brasileiros, sobretudo pela União Nacional dos Estudantes, sobretudo no período 1955-1964 (Souza, 2010; Fraga, 2017; Batista; Kerbauy, 2018). Na mesma época, é de destaque histórico as práticas com base no chamado método Paulo Freire, sobretudo na questão da alfabetização e educação popular (Fraga, 2012; 2017).

Voltando às concepções mais atuais, González e Larrea (2006 apud Pimentel, 2015) apontam três modelos extensionistas vivenciados pelas universidades latino-americanas: tradicional, economicista e o de desenvolvimento integral. O primeiro, originado e desenvolvido sob os ideais do iluminismo, caracteriza-se pela ideia de repasse e transmissão dos conhecimentos, de forma *unilateral*, das técnicas e da cultura acadêmica às comunidades sem acesso a conhecimentos científico. O segundo – modelo economicista – refere-se à ligação universitária com interesses do setor produtivo e do mercado, desenvolvendo potencial criativo de conhecimento voltado as demandas mercadológicas. Já o terceiro, de desenvolvimento integral, inspira-se em Córdoba 1918 e retoma a ideia de fortalecimento da função social da universidade, no sentido da democratização de um saber crítico e reflexivo. Para isso, a universidade contribui diretamente à melhoria da qualidade de vida da população, adotando um modelo dialógico e integrado à comunidade.

Serna (2004), por sua vez, pontuou que as universidades, mesmo no início do século XXI, ainda não têm muita clareza sobre a extensão, particularmente no que se refere às suas naturezas e objetivos. Nesse sentido, segundo o autor, as consequências deste fato seriam: i. marginalização ou desaparecimento dos verdadeiros trabalhos de extensão; ii. atenção aos problemas sociais passam a ser consideradas como atitudes de cunho individual por parte de acadêmicos; iii. diminuição na influência das universidades na tomada de decisão para a resolução de problemas sociais; iv. Foco demasiado nas atividades de educação formal; v. deficiente formação e conscientização dos estudantes para participar na transformação da sociedade.

À vista disso, argumenta haver quatro modelos (Serna, 2004): altruísta, divulgativo, conscientizador e de vínculo empresarial. O modelo altruísta caracteriza-se pela ação *desinteressada* e humanitária de universitários em favor de populações marginalizadas. Sob influência histórica do positivismo, objetiva-se levar o conhecimento científico a

contribuir a problemas que atingem a população mais pobre (por exemplo, de consultorias jurídicas, atividades assistenciais de saúde, dentre outros). Já o modelo divulgativo baseia-se em ações de divulgação científica, perpetuadas pela universidade com objetivo de atingir o público não acadêmico em geral, como museus de ciência, palestras, publicações de divulgação científica, dentre outros. Neste, a universidade visualiza a necessidade de transmitir o conhecimento à população.

O terceiro modelo, conscientizador, emana explicitamente de uma concepção política de esquerda e baseia-se na tentativa de aplicação das ideias freirianas com vistas ao compartilhamento de bens simbólicos – conhecimento e cultura – de forma dialógica com comunidades e populações marginalizadas. Nesse sentido, busca-se criar, diante da interação, consciência acerca das causas dos problemas pelos quais as comunidades passam com vistas a auxiliar nos processos de transformação e libertação das condições em que se encontram. Já o último, o de vínculo empresarial, se assemelha ao modelo economicista já identificado, e é explicado por ações extensionistas que identificam no mercado e na empresa o lócus das demandas da sociedade, oferecendo consultorias, cursos, transferência de tecnologia, dentre outros.

Já Silva (2000) apresentou três concepções de extensão que marcariam as universidades brasileiras contemporâneas. A concepção tradicional ou funcionalista, a concepção processual, e a concepção crítica. A primeira refere-se à visualização da extensão enquanto executora de políticas públicas, onde a universidade é considerada um complemento do Estado e instrumento de implementação e execução de suas ações (hospital universitário, serviços de assistência à população, dentre outros). Neste tipo, a extensão seria desvinculada em grande medida às outras duas funções e funcionaria de forma relativamente autônoma. A concepção processual, por sua vez, seria caracterizada pela politização das ações e pelo combate ao assistencialismo, tomando a extensão como terceira função e articuladora entre ensino e pesquisa. O objetivo deste modelo seria o de promover o chamado *compromisso social* da universidade, introduzindo a questão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão – ideia que está presente, por exemplo, na própria Constituição Federal Brasileira de 1988.

Por último, a concepção crítica, refere-se a visão de que a extensão não deveria ser institucionalizada enquanto função, pois deveria estar ligada de forma intrínseca ao ensino e a pesquisa de forma a orientá-los e transformá-los em direção à realidade – a ideia de extensão, portanto, diluir-se-ia nas outras duas funções, redimensionando a atuação de ambas. Botomé (1996) e Melo Neto (2002), por exemplo, argumentam que os esforços deveriam ser orientados a mudanças concretas na pesquisa e no ensino tradicionais – chamados por Botomé (1996) de *pesquisa alienada e ensino alienante* – onde a extensão seria uma dimensão destes e não uma função em separada, única responsável por realizar o contato entre universidade e sociedade.

Pontua-se que estas concepções extensionistas destacadas não são puras, pois misturam-se entre si nas práticas concretas. Essas con-

clusões são suportadas pelas análises de Reis (1996), Melo Neto (2002) e Souza (2010), que identificam um padrão acadêmico extensionista brasileiro assistemático, pontual (não processual ou contínuo), fragmentado, não integrado institucionalmente à pesquisa e ao ensino e conceitualmente deficientes no que se refere ao entendimento da comunidade acadêmica sobre as naturezas e características da extensão. Em outras palavras, a extensão se constitui enquanto uma função relativamente desvalorizada academicamente, sobretudo a chamada extensão comunitária.

É importante destacar que a intenção deste artigo não é oferecer uma proposta metodológica que enquadre as práticas de extensão nestes modelos; pelo contrário, o debate acerca destes contribuiu para a elaboração da proposta por ressaltar algumas dimensões analíticas, tais quais: o objetivo da ação extensionista e os motivos para que ela seja realizada; os atores externos e internos e suas características; a metodologia e a pedagogia das práticas extensionistas, sobretudo no que se refere à transmissão de conhecimento; e como determinada prática extensionista se insere nos processos político-administrativos, científicos e formativos das universidades³.

De forma mais atual, é preciso destacar a construção extensionista do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (Forproex). A partir da redemocratização brasileira em 1988, e com o fortalecimento da discussão sobre o compromisso social da universidade pública diante deste novo período democrático, os debates sobre a extensão ganham fôlego, sobretudo com a criação da entidade em 1987. De lá para cá, segundo Diniz (2012) e Souza (2010), o Fórum vêm se mostrando como o principal ator extensionista em âmbito nacional, tanto conceitualmente quanto no desenho de políticas nacionais de extensão, tais como o Plano Nacional de Extensão (Forproex, 1999) e a Política Nacional de Extensão (Forproex, 2012). Tendo isso em vista, em seu primeiro encontro em 1987, o Forproex definiu extensão como:

[...] o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. A extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados/acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; e a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (Forproex, 1987, p. 11).

Em linhas gerais, este conceito apresenta alguns princípios: a ideia de extensão enquanto processo; a ideia de diálogo e da troca entre os conhecimentos acadêmicos e dos grupos sociais; a indissociabilidade e integração entre ensino, pesquisa e extensão; a extensão enquanto produtora de conhecimento e transformadora do ensino e da pesquisa; a ideia de interdisciplinaridade; e a noção de *visão integrada do social*. Nas palavras de Serrano (2013, p. 11): “[...] esta conceituação é expressivamente freiriana, nela encontramos a relação dialética, a sistematicidade, o reconhecimento do outro e de sua cultura, a apropriação pelo outro do conhecimento com liberdade para transformá-lo”. Além disso, esta concepção enquadrar-se-ia no que Reis (1996) chama de extensão *Orgânica-Processual*, caracterizada pela processualidade e sistematicidade (práticas contínuas) das ações extensionistas, conectada institucionalmente à pesquisa e ao ensino e com buscas a construir conhecimento através da interação dialógica com a comunidade.

Como o intuito do artigo não é debater a trajetória do Forproex e nem a totalidade de sua produção, é preciso salientar que, retomando Diniz (2012), a entidade pautaria sua atuação principalmente em três eixos: institucionalização da extensão – como a extensão poderia ser materializada e implementada em âmbito universitário; na avaliação da extensão – como a extensão pode ser avaliada nas universidades; e na questão do financiamento, sobretudo nas necessidades de se expandir os recursos destinados a esta função. Alguns documentos construídos pelo Fórum ao longo do tempo buscaram aprofundar estas questões.

Por exemplo, no *Avaliação Nacional da Extensão* (2001), apresentou-se o que o Forproex entende por avaliação e quais dimensões e categorias deveriam ser consideradas pelas IES no que se refere à Extensão Universitária: (1) o compromisso institucional para a estruturação e efetivação das atividades de extensão; (2) impactos das ações de extensão junto aos segmentos sociais *alvo* ou parceiros das práticas; (3) os processos, métodos e instrumentos de avaliação da extensão nas universidades. À vista disso, o documento elaborou algumas dimensões para avaliar a extensão, tais quais (Forproex, 2001): política de gestão, infraestrutura, relação universidade sociedade, plano acadêmico e produção acadêmica. Pensamos que a proposta avaliativa da entidade possa servir como uma ferramenta metodológica útil aos estudos e pesquisas cujo objeto é a extensão universitária, pois dão conta de diversos aspectos institucionais acerca da incidência da extensão nas universidades.

Outro exemplo refere-se ao *Extensão Universitária: organização e sistematização* Forproex (2007). Este teve por objetivos dar continuidade ao debate da construção da avaliação nacional de extensão, especialmente ao aprimoramento do sistema de informação de extensão, além de apresentar definições institucionais úteis a dirigentes, docentes e estudantes universitários. O primeiro ponto que gostaríamos de chamar a atenção é a modificação ao conceito original (cunhado em 1987, no primeiro encontro do fórum, reproduzido de forma integral anteriormente), tal qual: “A Extensão Universitária é o processo educa-

tivo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade” (Forproex, 2007, p. 17). Apesar da simplificação conceitual, o documento incorporou os outros aspectos conceituais que outrora estavam na definição de extensão enquanto *dimensões extensionistas*: Impacto e transformação; Interação dialógica; Interdisciplinaridade; e Indissociabilidade ensino – pesquisa – extensão. Este debate puxou algumas conclusões acerca da institucionalização da extensão nas universidades:

[...] é essencial que uma política de extensão – que inclua conceito, diretrizes, finalidades ou funções – seja definida em instâncias institucionais de deliberação superior das IPES (Conselho Universitário, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, ou equivalentes) e normalizada em instrumentos legais (Estatuto, Regimento Geral, Plano de Desenvolvimento Institucional, Resoluções, Portarias, Editais, entre outros). Entre os aspectos a serem normalizados podem ser incluídos o processo de aprovação das ações de extensão, os programas de bolsa para alunos, as formas de financiamento da Extensão Universitária, as formas de participação do aluno nas ações de extensão, o aproveitamento curricular do aluno pela participação em projetos, a valorização da participação do docente nas ações de extensão, as formas de participação da comunidade externa no processo decisório da extensão, as formas de participação de servidores docentes nas ações de extensão, as formas de participação de servidores técnico-administrativos nas ações de extensão, entre outros (Forproex, 2007, p. 19).

Assim, a principal recomendação às universidades era a de que uma política de extensão deve estruturar-se a partir de conceitos e diretrizes claros, debatidos pela comunidade acadêmica e não acadêmica, materializados nos diversos estatutos e regimentos das instituições, com previsão de recursos garantidos e institucionalizados (bolsas, editais de financiamento, corpo administrativo adequado, medidas de incentivo, dentre outros).

Diante disso, as ações de extensão poderiam ser classificadas em programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços (Forproex, 2007). Os programas deveriam receber atenção especial, já que seriam um conjunto articulado de projetos e ações de extensão (cursos, eventos, projetos, dentre outros), preferencialmente integrados à pesquisa e ao ensino. O programa haveria de ter clareza em seu objetivo, definido democraticamente, e mirá-lo a médio e longo prazo. Já o projeto caracterizar-se-ia por uma ação processual e contínua, com caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico. Seu objetivo deve ser mais específico do que o programa e com prazo determinado. Além da classificação da extensão nos tipos de atividades, as ações extensionistas deveriam ser enquadradas em áreas temáticas prioritárias, como comunicação, meio ambiente, cultura, saúde, direitos humanos e justiça, tecnologia e produção, educação e trabalho. Cada um destes eixos

temáticos, preferencialmente, conteriam diversas áreas do conhecimento, de forma a perseguir a interdisciplinaridade.

Em 2012, editou-se a Política Nacional de Extensão (2012), fruto direto dos debates anteriormente citados. Em nossa análise, o documento segue a mesma toada das discussões anteriores realizadas pelo Forproex: institucionalização, avaliação, financiamento e, agora, universalização da extensão. Não se modificou o conceito de extensão, mas se deu mais ênfase na explicação de suas principais dimensões. Além do mais, reafirmou-se a necessidade de se fortalecer a extensão universitária nas instituições públicas diante de um panorama de questionamentos crescentes em relação ao compromisso social destas perante os problemas sociais. O documento possui forte apelo por maior valorização da extensão, elegendo o poder público e as políticas de educação como centrais ao estímulo e promoção do fortalecimento da extensão nas instituições de educação superior. De específico, pode-se citar a agenda estratégica elaborada, que contou com diretrizes tais quais: incorporação curricular da extensão na graduação (como a obrigatoriedade de 10% da carga horária dos cursos de graduação em programas e projetos de extensão⁴); adequada inserção da extensão no Plano Nacional de Educação; regulamentação da extensão em âmbito governamental e institucional; maior reconhecimento da extensão em diversas dimensões; criação de mecanismos legais estatais e institucionais de financiamento; dentre outros⁵.

Panoramicamente, algumas concepções e práticas de extensão foram revisadas neste tópico, a fim de encontrar, nelas, dimensões metodológicas úteis às pesquisas sobre extensão.

As Nove Dimensões Metodológicas e Analíticas da Extensão Universitária

Neste tópico, serão apresentadas e debatidas as nove dimensões metodológicas e analíticas retiradas a partir da revisão da literatura. Estas dimensões são abrangentes – propositalmente – pois buscam ter utilidade a estudos diversificados em termos de objetos e métodos. Bom salientar, além do mais, que o debate conceitual permitiu realizar a identificação dos elementos em comum utilizados no debate teórico e histórico visto na literatura. Assim, as dimensões não apresentam, necessariamente, vinculação direta para com determinada concepção extensionista, mas representam uma síntese geral de aspectos presentes na maior parte delas. Ao longo do debate das dimensões, trataremos exemplos a partir de algumas concepções elencadas no tópico anterior. Além disso, ao longo da exposição, procuraremos trazer, em forma de adendo, a possibilidade de se visualizar as dimensões, para além da proposta metodológica direcionada às pesquisas acadêmicas, como guias ao debate sobre avaliação e planejamento da extensão universitária.

Apresentaremos as dimensões por meio de quadros síntese, iniciando com as duas primeiras, que se referem aos atores participantes.

Quadro 1 – Dimensões Metodológicas e Analíticas à Extensão (1-2)

Dimensão Metodológica	Descrição da Dimensão	Dimensão Operacional
1. Quem faz a extensão	Ator (ou atores) que realizam extensão	<ul style="list-style-type: none"> - Identifica-se esta dimensão pelos: atores que executam, planejam, propõe, e responsabilizam-se diretamente pela atividade extensionista; - Os atores podem ser: indivíduos (docentes, estudantes); instância e órgãos universitários; instituições em geral; - Deve-se atentar a como interagem com os grupos sociais externos;
2. A quem se destina a atividade extensionista	Atores e segmentos sociais <i>alvo</i> ou participantes das atividades	<ul style="list-style-type: none"> - Identificado pelos: segmentos sociais e atores externos à universidade envolvidos; - Podem ser: indivíduos dispersos e comunidade externa em geral; empresas; estado e órgãos governamentais; movimentos sociais ou organizações da sociedade civil sem fins lucrativos; comunidades diversas (identitárias, bairros, indígenas, rurais). - Deve-se atentar, de forma geral, como estes atores participam da atividade extensionista em questão, ou seja, como são incluídos e excluídos do processo.

Fonte: Elaboração Própria.

Estas duas primeiras dimensões referem-se aos atores envolvidos na prática ou nas ações extensionistas, considerando aqueles internos à universidade e os grupos e segmentos sociais visados. No tópico anterior, vimos que as concepções extensionistas são caracterizadas, em alguma medida, pelos atores ou segmentos sociais que visam. Neste ponto, há que se atentar para uma descrição mais detalhada destes, ou seja, suas principais características (natureza do ator, história do ator, elementos contextuais, dentre outros aspectos a depender da prática considerada).

Por exemplo, a extensão de vinculação entre universidade-empresa, obviamente, visará instituições de mercado; a extensão comunitária envolverá membros de comunidades diversificadas, geralmente ligadas às classes marginalizadas; a extensão de prestação de serviços poderá visar governos, empresas, organizações não governamentais, entre outras. É importante também considerar os próprios acadêmicos neste processo: a que áreas do conhecimento pertencem? Quantos são e como se organizam? São majoritariamente docentes, estudantes ou funcionários? São membros de incubadoras de cooperativas, membros de projetos de extensão em geral ou de grupos de pesquisa? Têm experiência com extensão? Dentre outras perguntas relevantes.

Nesse ponto, pode-se fazer um adendo: ambas as dimensões podem ser tensionadas em uma série de indicadores úteis aos processos de planejamento de atividades de extensão universitária. Com efeito, em processos de avaliação e planejamento, a identificação dos atores internos (às instituições acadêmicas) e externos (comunidade, segmentos

sociais) envolvidos – ou que se pretende envolver – é fundamental à definição das outras dimensões expostas a seguir, visto que condicionam diversos aspectos da prática extensionista (cada ator tem sua própria especificidade em um processo de interação entre universidade e sociedade). A descrição destes atores, assim, torna-se aspecto importante a ser considerado.

As próximas dimensões se referem às implicações práticas e institucionais que derivam a partir da interação dos atores:

Quadro 2 – Dimensões metodológicas e analíticas à extensão (3-4)

Dimensão Analítica	Descrição da Dimensão	Dimensão Operacional/Metodológica
3. Quais atividades materializam a extensão praticada e como ela se institucionaliza no interior da universidade	Como se operacionaliza em termos materiais e de atividades/ações, bem como a inserção institucional destas na universidade; qual o peso e relação que possuem diante das outras práticas de extensão, bem como diante do ensino e da pesquisa; qual a sistematicidade e processualidade da prática extensionista	- Identifica-se essa dimensão pela: forma de alocação e organização de recursos materiais, humanos, institucionais e financeiros; metodologia e <i>design</i> da atividade (programas, projetos, cursos, incubadoras, prestação de serviços, eventos, dentre outros); relação entre ensino, pesquisa e extensão das atividades; inserção institucional da atividade diante das demais práticas extensionistas; inserção institucional geral da atividade diante do contexto universitário considerado; sistematicidade, processualidade e eventualidade da atividade; - Processo de oferta e demanda: grau de ofertismo das práticas, no sentido da adequação entre a oferta e a demanda; formas de identificação das necessidades e demandas dos segmentos sociais visados; processos de ajuste entre demanda e oferta da atividade.
4. Quais objetivos da extensão e porque se faz a extensão	Motivações e objetivos em geral dos atores que a praticam (que não se relacionam, necessariamente, com o conhecimento estendido); os problemas e temáticas pelos quais a prática de extensão se interessa;	- Identificado pelas intenções de cunho mais genérico por parte dos atores e instituições que a praticam, tais como: contribuir ao desenvolvimento econômico e social, satisfazer necessidades pessoais de auxiliar segmentos sociais, altruísmo, dentre outros. Há aqui concepções políticas diversas, bem como diferentes pontos de vista sobre compromisso social da universidade.

Fonte: Elaboração Própria.

A dimensão número três refere-se aos processos de institucionalização da extensão estudada. Neste ponto, sugere-se que o pesquisador se atente às atividades que materializam a ação (cursos, prestação de serviços, incubadoras, projetos diversos, dentre outros), se estão inseridos em programas ou projetos de extensão mais amplos, bem como os recursos materiais, humanos e organizacionais envolvidos. Nesse ponto, há que se atentar que estas práticas podem misturar-se entre si ou podem ocorrer mais de uma delas em determinado programa ou projeto extensionista. Ainda não estamos considerando as metodolo-

gias e pedagogias extensionistas, visto que uma mesma ação pode conter diferentes dinâmicas de abordagem (ex: um curso de extensão pode ser oferecido de diversas formas, com diferentes pedagogias, atores e abordagens). Além de descrever e analisar estes aspectos, a dimensão número três diz respeito à institucionalização destas na universidade.

Por exemplo, se considerarmos novamente os cursos de extensão, poder-se-ia compreender como são administrados, que regulações e normas o atingem, como se dá o financiamento, como se dá o processo de *vida* destes cursos, qual a história desta modalidade, dentre outros aspectos. Além do mais, é importante que o pesquisador se atente às possíveis relações diretas e indiretas com a pesquisa e o ensino. Esta dimensão pode ser melhor compreendida através de leitura mais cuidadosa da produção do Forproex acerca da institucionalização, avaliação e financiamento da extensão.

Já a dimensão número quatro refere-se ao estudo dos objetivos e motivações da extensão estudada. Nesse ponto, é importante se atentar aos problemas e temas pelos quais determinada ação extensionista está interessada em atacar e como isso reflete no desenho dos projetos estudados e nos próprios atores internos e externos envolvidos. Esses objetivos e motivações podem ser de caráter imediato e mensurável, afeto às metas e resultados esperados e previamente estipulados, bem como a indicadores qualitativos e quantitativos; e também podem ser objetivos e motivações mais amplas, tais como contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, conscientização e ação política, dentre outros. Como vimos no tópico anterior, as práticas históricas de extensão estavam condicionadas por motivações gerais que influenciavam diretamente na concepção extensionista.

Assim, a partir da consideração dos atores (dimensões 1 e 2), se levarmos em conta um debate sobre processos de avaliação e planejamento da extensão, torna-se importante identificar como as atividades extensionistas *alocam-se* institucionalmente, assim como visualizados nas dimensões operacionais 3 e 4⁶. Nesse aspecto, em particular, a produção do Forproex apresentada no tópico anterior pode ser considerada, visto que dá ênfase, dentre outras coisas, à necessidade de institucionalização da extensão, sendo a avaliação e o planejamento aspectos importantes a esse objetivo.

Diretamente ligados a estes, encontram-se as próximas duas dimensões, contidas no Quadro 03:

Quadro 3 – Dimensões metodológicas e analíticas à extensão (5-6)

Dimensão Analítica	Descrição da Dimensão	Dimensão Operacional/Metodológica
5. Que tipo de conhecimento é estendido/transferido/construído e como isso é realizado (metodologias e pedagogias utilizadas);	Características do conhecimento estendido – ou construído – através da atividade de extensão considerada e os objetivos em se estender o conhecimento/construído; conhecimento científico, técnico, artístico; e como a universidade se beneficia do ponto de vista científico; quais metodologias e pedagogias utilizadas.	- Caracterização do tipo de conhecimento estendido ou criado: técnicos utilitários (intervenção técnica em processos de trabalho diversos); científico compreensivo (compreensão de fenômenos sem aplicabilidade imediata); culturais (conhecimentos no campo artístico, por exemplo); qualquer combinação entre os conhecimentos levantados; - Além do tipo de conhecimento, identifica-se as metodologias utilizadas para que haja este tipo de transferência ou construção em conjunto à comunidade: metodologias participativas e dialógicas, pesquisa-ação, pesquisa participante, dentre outros.
6. Quais os impactos, “produtos” e benefícios das atividades de extensão para a comunidade externa e para a universidade	Que diferença a atividade extensionista fez na realidade das comunidades, grupos ou instituições participantes.	-Esta dimensão pode ser identificada qualitativamente (por meio de questionários, entrevistas, etnografia, dentre outros) ou quantitativamente, a depender da prática estudada. Os impactos serão muito vinculados aos objetivos, aos atores e aos tipos de conhecimentos e metodologias envolvidos no processo. Os resultados da atividade também podem ser indiretos em relação aos seus objetivos, como por exemplo o melhoramento nas relações interpessoais dos indivíduos da comunidade, dentre outros.

Fonte: Elaboração Própria.

A dimensão número cinco diz respeito à dinâmica de transferência ou construção de conhecimento (a depender da atividade, tem-se diferentes graus de *ofertismos* ou de construção dialógica). Neste ponto, deve-se atentar para as características do conhecimento estendido: se ele é acadêmico, técnico, cultural, artístico, dentre outros – e cada tipo de conhecimento poderá ter um objetivo diferente. Além disso, recomenda-se dar conta de apreender as metodologias e pedagogias extensionistas utilizadas na experiência a ser estudada. Não poderemos dar mais detalhes a respeito disso, pois há uma gama considerável de práticas de extensão e de metodologias. As reflexões que fizemos com base em Paulo Freire (1983), nos documentos do Forproex mencionados, Botomé (1996) e Melo Neto (2002; 2001) são úteis em âmbito da reflexão sobre a interação entre conhecimento acadêmico e não acadêmico. É fundamental considerar que nenhuma prática ou concepção extensionista é neutra, e todas elas possuem ideologias e valores.

A dimensão número seis atenta-se aos impactos, produtos e benefícios da atividade extensionista às comunidades, grupos ou instituições que participaram dos projetos e ações extensionistas. Estes impactos podem ser dos mais diversos, avaliados quantitativamente e qualitativamente, autodeclarados pelos grupos ou não. Neste ponto,

não há como especificar melhor a proposta, visto que estes serão determinados pela própria natureza da atividade extensionista estudada. Porém, basicamente, é preciso se atentar ao cumprimento das metas e objetivos estipulados, bem como aos fatores indiretos e de cunho mais qualitativos, tais como: determinada atividade de extensão, mesmo sem ter como objetivo direto, contribuiu ao desenvolvimento da socialização dos indivíduos participantes, dentre outros. O outro ponto relativo aos impactos da atividade de extensão estudada se refere a como ela modificou a própria universidade em âmbito institucional: a atividade deu subsídio a alguma pesquisa ou processo formativo? O conhecimento provindo da comunidade externa foi incorporado de alguma forma em âmbito formal e informal? Há impactos na questão do compromisso social da universidade? Há impactos na estrutura organizativa? Grupos de pesquisa foram criados ou outros projetos de extensão foram derivados daí? Dentre outras perguntas.

Novamente, pode-se fazer um adendo relativo à importância destas dimensões a um processo de planejamento institucional da extensão – ainda que este não seja o foco do artigo, visto que tais dimensões referem-se a uma proposta metodológica para se fazer pesquisas que tomem a extensão universitária como objeto: especialmente, destaca-se a dimensão número 6 (impactos e produtos da extensão), visto que, em termos institucionais, é necessário conhecer que diferença (positivas e negativas, quantitativas e qualitativas) as atividades extensionistas produzem na realidade e nas comunidades envolvidas.

Por fim, vamos às últimas dimensões apresentadas abaixo:

Quadro 4 – Dimensões metodológicas e analíticas à extensão (7-9)

Dimensão Analítica	Descrição da Dimensão	Dimensão Operacional/Metodológica
7. Como as atividades são legitimadas socialmente e dentro da universidade	Valorização que determinada modalidade extensionista possui fora e dentro dos muros universitários; além do mais, permite entender como os atores participantes buscam legitimar o que fazem;	- Identificado do discurso dos atores e segmentos sociais participantes das atividades de extensão no que se refere à justificação da importância da prática; - Identificação das formas como esse discurso circula pelo meio universitário e social (site institucional, publicações, eventos, dentre outros).
8. Função social e compromisso social da universidade	Atentar para como a universidade em que a prática de extensão estudada busca atender a demandas e a problemas sociais, isto é, decidir institucionalmente (ou em âmbito de departamentos e faculdades) com quais problemas e atores irá se relacionar.	- Identificada pelas temáticas, problemas e atores pelos quais a universidade – ou qualquer um de seus departamentos e faculdades que se relacionam com a prática de extensão estudada – se <i>identifica</i> institucionalmente e busca alocar esforços humanos e materiais em direção a estes. Deve-se atentar para a história da universidade.

<p>9. Qual a inserção contextual e histórica da experiência extensionista</p>	<p>Contextos históricos que abarcam as práticas analisadas, e suas relações. Propõe-se que as experiências extensionistas sejam observadas dentro de um contexto e estrutura econômica, política e social mais ampla (mas que estejam diretamente relacionados à prática estudada).</p>	<p>- Identificado pela: trajetória histórica da atividade extensionista considerada; inserção histórica da universidade que abriga a prática de extensão; relações diretas e indiretas entre a prática e aspectos contextuais e conjunturais (economia, cultura, política, dentre outros). Aqui, incluem-se políticas públicas, leis, acontecimentos e fatos sociais, dentre outros.</p>
---	---	--

Fonte: Elaboração Própria.

A dimensão número sete refere-se a como determinada atividade de extensão é legitimada em âmbito acadêmico ou social, ou seja, como ela sustenta e reafirma a importância política, acadêmica, social, econômica, dentre outras de sua atividade. Esta dimensão está ligada diretamente às motivações da atividade extensionista, mas não pode ser confundida com ela. Isso porque, no número sete, o pesquisador deve atentar as estratégias de divulgação, conscientização, discursos, articulações políticas na academia e fora dela, que legitimam e sustentam determinada atividade. As motivações da dimensão número 4, por sua vez, referem-se mais ao âmbito *interno* e processual das atividades estudadas. Por exemplo, uma prestação de serviços à empresa pode ser justificada pelos atores que a praticam ou pela própria instituição pela necessidade da universidade contribuir ao mercado, mas também pode ser alvo de críticas e disputas dentro e fora da universidade.

As dimensões oito e nove se referem a necessidade de se considerar, em qualquer pesquisa sobre extensão, debates acerca do compromisso social da universidade pública, bem como o contexto histórico e estrutural na qual as universidades estão inseridas. Aqui, não cabe dar mais orientações acerca de como realizar tais considerações, pois pode-se utilizar diversas abordagens teóricas, como citamos na introdução deste artigo. Isso implica considerar questões relativas às próprias conjuntura e estrutura histórica em âmbito econômico, político, social e cultural relevantes. Além disso, deve-se estar atento à história da própria modalidade de extensão estudada: suas origens, influências, principais atores que historicamente as levaram a cabo, como ela foi realizada ao longo do tempo, etc. Igualmente, deve-se atentar às leis e políticas públicas que possam influenciar à prática extensionista.

Nesse ponto, as três últimas dimensões elencadas buscam auxiliar no processo de contextualização histórica da experiência extensionista estudada (ou no próprio processo de avaliação da extensão, para seguir os adendos a respeito do debate sobre planejamento da extensão). Muitas vezes, foca-se nos aspectos internos às instituições e comunidades, negligenciando os processos e determinantes econômicos, sociais, culturais que se relacionam à extensão.

Conclusão

A partir de um panorama sobre algumas concepções e modelos extensionistas, retirou-se dimensões metodológicas para se pesquisar a extensão. Este processo de *extração* partiu de um exame dos elementos utilizados na bibliografia consultada para descrever e debater historicamente e conceitualmente a extensão universitária, a partir da pergunta: *como podemos pesquisar a extensão universitária?* Assim, o artigo procurou estabelecer algumas dimensões que pudessem auxiliar estudos que têm como objeto a própria extensão (sobretudo as práticas extensionistas) – sem esquecer, no entanto, que tais dimensões podem auxiliar as ações de extensão, na medida em que podem ser adaptadas a indicadores (questão não trabalhada no texto).

De forma mais específica, pensamos que estas dimensões podem ser úteis a estudos de práticas específicas (estudos de caso, por exemplo); ao estudo e avaliação da extensão de uma instituição; bem como investigação das legislações e políticas de extensão. Assim, elas não podem ser encaradas enquanto separadas umas das outras – a separação em número de nove possui apenas fins didáticos e expositivos, visto que uma dimensão poderia ser decomposta em duas ou mais subdimensões, dada a abrangência das categorias. Como o pesquisador as manejará vai depender das especificidades do objeto em questão.

Basicamente, estas dimensões referem-se aos atores envolvidos, às práticas que concretizam e materializam a extensão, às relações institucionais para com a universidade e para com o ensino e a pesquisa, aos processos de construção de conhecimento, aos objetivos, motivações e impactos, aos elementos relativos ao contexto histórico e ao debate acerca do compromisso social da universidade.

Cabe pontuar que o pesquisador deverá saber filtrar em que grau de intensidade e amplitude considerará todos os elementos destacados pelas dimensões criadas, e como ligará estas à concretude e à empiria da pesquisa. A ordem de exposição das dimensões não indica grau de importância, nem que uma deva ser pesquisada antes ou depois que outra. Apenas optamos por caminhar de um âmbito mais micro e institucional para um plano mais holístico, contextual e histórico. Portanto, a proposta metodológica considerada, idealmente, só seria aplicada corretamente se combinada com outras técnicas e abordagens de pesquisa que poderiam complementá-las, visto que representam mais um guia metodológico. Há que se atentar, assim, à centralidade de se considerar as concepções e práticas de extensão historicamente constituídas (elemento central pelo qual retiramos as nove dimensões metodológicas). Importante reforçar novamente: apesar da generalidade da proposta, não se advoga pela neutralidade da abordagem, como pode ser visualizado nas dimensões oito e nove, que tratam de se afastar dos estudos que focam unicamente no aspecto *organizacional*, ou da *oferta e demanda*, tentando trazer elementos da totalidade no processo de pesquisa.

Notas

- 1 A proposta metodológica originou-se de uma pesquisa de mestrado que buscou debater a relação entre a Universidade Estadual de Campinas e os diversos segmentos sociais externos a ela a partir dos chamados *cursos de extensão* . Para isso, empreendeu-se uma descrição geral da própria atividade extensionista da Unicamp como um todo, conectando-a às concepções de extensão historicamente desenvolvidas. A proposta apresentada no artigo, portanto, surgiu a partir desta pesquisa, onde buscamos aplicá-la em nosso estudo. Justifica-se à proposta pois, a partir disso, visualizou-se a oportunidade de compartilhar a proposta metodológica, contribuindo aos estudos e práticas extensionistas.
- 2 Evidentemente, de forma secundária, o artigo também objetiva contribuir com as práticas extensionistas – as ações de extensão –, na medida em que oferece uma contribuição, aos extensionistas, de elementos metodológicos à reflexão e operacionalização de suas ações.
- 3 Em nossa análise, muitas discussões sobre concepção de extensão têm inspiração e influência da produção teórica e prática freiriana, principalmente a exposta na obra *Extensão ou Comunicação* (1983). O que é interessante notar com Freire, no âmbito do artigo, é a centralidade da discussão acerca do conflito ou interação de tipos de conhecimentos diferentes e as implicações que emergem a partir disso.
- 4 Os Planos Nacionais de Educação (elaborados para o decênio 2001-2011 e 2014-2024) incorporam esta meta. No entanto, o Forproex vem manifestando a necessidade de cumprimento, colocando tal meta em seus documentos. Além disso, pode-se citar a Resolução N°7, de dezembro de 2018 (Resolução CNE/CES 7/2018), que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, e regimenta o exposto na meta número 12.7 do PNE (2014-2014) - prevê-se novamente o cumprimento de, no mínimo, 10% da carga horária curricular dos cursos de graduação em ações extensionistas.
- 5 Convém mencionar a existência de mais uma concepção extensionista, mais alinhada à concepção crítica. Com abordagens distintas, pode-se mencionar os trabalhos de Melo Neto (2001; 2002) e Botomé (1996). Grosso modo, argumentam à centralidade de se debater primordialmente a pesquisa e o ensino para inserir nestas, de forma integrativa, *dimensões* extensionistas, modificando o próprio padrão de produção de conhecimento. A extensão não teria condições, por si própria, de transformar a instituição universitária.
- 6 Poder-se-ia, inclusive, compor indicadores quantitativos a partir de algumas dimensões operacionais elencadas (sobretudo na alocação de recursos, na oferta da extensão, dentre outros). Não iremos fazê-lo, pois foge ao escopo do artigo. No entanto, com estas dimensões, o estudo pretende, também, estimular tal debate.

Referências

- BATISTA, Zenilde Nunes; KERBAUY, Maria Teresa Micely. A Gênese da Extensão Universitária Brasileira no Contexto de Formação do Ensino Superior. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 13, n. 3, p. 916-930, 2018.
- BERNHEIM, Carlos Tunnermann; CHAUI, Marilena. **Desafios da Universidade na Sociedade do Conhecimento**. Brasília: UNESCO, 2008.

- BOTOMÉ, Sílvio Paulo. **Pesquisa Alienada e Ensino Alienante**: o equívoco da extensão universitária. Petrópolis: Vozes, 1996.
- CUNHA, Luis Antônio. **A Universidade Temporã**: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.
- CUNHA, Luis Antônio. **A Universidade Crítica**: o ensino superior na república populista. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- DAGNINO, Renato. Como É a Universidade de que o Brasil Precisa? **Avaliação**, Campinas, Unicamp, v. 20, n. 2, p. 293-333, 2015.
- DIAS SOBRINHO, José. Universidade e Novos Modos de Produção, Circulação e Aplicação do Conhecimento. **Avaliação**, Campinas, Unicamp, v. 19, n. 3, p. 643-662, 2014.
- DINIZ, Flávio Pereira. **A Extensão Universitária como Instrumento de Política Pública**. 2012. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Goiás, Goiânia, 2012.
- FAGUNDES, José. **Universidade e Compromisso Social**: extensão, limites e perspectivas. Campinas: Editora Unicamp, 1985.
- FORPROEX. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Coleção Extensão Universitária. 1999
- FORPROEX. I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. UNB, Brasília, 1987. In: NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (Org.). **Extensão Universitária**: diretrizes conceituais e políticas – Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987 – 2000. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; o Fórum, 2000.
- FORPROEX. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Avaliação da extensão**. Brasília: MEC, 2001.
- FORPROEX. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Extensão Universitária**: Organização e Sistematização. Belo Horizonte: Coopmed, 2007.
- FORPROEX. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão**. Manaus: FORPROEX, 2012.
- FRAGA, Lais Silveira. **Extensão e Transferência de Conhecimento**: as incubadoras tecnológicas de cooperativas populares. 2012. 242 f. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Programa de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
- FRAGA, Lais Silveira. Transferência de Conhecimento e Suas Armadilhas na Extensão Universitária Brasileira. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, Unicamp, v. 22, n. 2, p. 403-419, 2017.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983.
- FREITAS NETO, José Alves. A Reforma Universitária de Córdoba (1918): um manifesto por uma universidade latino-americana. **Revista Ensino Superior Unicamp**, Campinas, v. 71, p. 62-70, 2012.
- GURGEL, Roberto Mauro. **Extensão Universitária**: comunicação ou domesticação? São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1986.
- LEHER, Roberto. Para Silenciar os Campi. **Educação e Sociedade**, Campinas, Unicamp, v. 25, n. 88, p. 867-891, 2004.
- MARQUES, Waldemar. Expansão e Oligopolização da Educação Superior no Brasil. **Avaliação**, Campinas, Unicamp, v. 18, n. 1, p. 69-83, 2013.

- MARTINS, André Luís Miranda. A Marcha do “Capitalismo Universitário” no Brasil nos Anos 1990. **Avaliação**, Campinas, Unicamp, v. 13, n. 3, p. 733-743, 2008.
- MELO NETO, José Francisco. **Extensão Universitária: uma análise crítica**. João Pessoa: Editora Universitária João Pessoa, 2001.
- MELO NETO, José Francisco (Org.). **Extensão Universitária: diálogos populares**. Recife: Editora Universitária, 2002.
- MINTO, Lalo Watanabe. **A Educação da Miséria: particularidade capitalista e educação superior**. São Paulo: Outras Palavras, 2014.
- OLIVEIRA, Fernanda; GOULART, Patrícia Martins. Fases e Faces da Extensão Universitária: rotas e concepções. **Revista Ciência em Extensão**, São Paulo, Unesp, v. 11, n. 3, p. 8-27, 2015.
- PAULA, João Antônio. A Extensão Universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces – Revista de Extensão**, UFMG, Belo Horizonte, n. 1, p. 5-23, 2013.
- PIMENTEL, Geysa Alves. **Universidade e Políticas de Extensão no Brasil do Governo Lula: período de 2003 a 2010**. 2015. 281 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- REIS, Renato Hilário. Histórico, Tipologias e Proposições sobre a Extensão Universitária no Brasil. **Linhas Críticas**, Brasília, UnB, v. 2, n. 2, p. 41-47, 1996.
- SERNA, Gonzalo Aquiles. Modelos de Extensión Universitaria en México. **Revista de la Educación Superior**, Tenayuca, Asociación Nacional de Universidades e Instituciones de Educación Superior, v. 33, n. 131, p. 77-103, 2004.
- SERRANO, Maria Souto Maior. Conceitos de Extensão Universitária: um diálogo com Paulo Freire. **Grupo de Pesquisa em Extensão Popular**, v. 13, n. 8, 2013.
- SILVA, Maria das Graças. Universidade e Sociedade: cenários da extensão universitária? In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 23., 2000, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPED, 1-4 set. 2000. P. 1-26.
- SOUZA, Ana Luísa Lima. **A História da Extensão Universitária**. Campinas: Editora Alínea, 2010.

Evandro Coggo Cristofolletti é doutorando em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Mestre em Política Científica e Tecnológica e bacharel em Gestão de Políticas Públicas pela mesma Universidade. Pesquisador do Laboratório de Estudos do Setor Público (LESP/Unicamp) e do Grupo de Análise de Política de Inovação (GAPI/Unicamp).
ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5178-6451>
E-mail: evandro.coggo@gmail.com

Milena Pavan Serafim é doutora em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – Brasil. Professora Doutora de Administração Pública da Unicamp. Pesquisadora do Laboratório de Estudos do Setor Público (LESP/Unicamp) e do Grupo de Análise de Políticas de Inovação (GAPI/Unicamp).
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7541-4182>
E-mail: milenaps@unicamp.br

Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos de uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. Disponível em: <<http://creativecommons.org/licenses/by/4.0>>.